PROPOSTAS/COMPROMISSOS DE GESTÃO (Biênio 2027-2028)

“Democracia, Diversidade e Paz: Diálogos para além das fronteiras”

Após 73 anos de existência, as demandas da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) têm sido cada vez mais diversificadas. Nesse período, a Antropologia do/no Brasil passou por profundos processos de transformação, como o crescimento de forma exponencial da disciplina, a criação de vários cursos de graduação, a ampliação dos programas de pós-graduação e a consolidação da área 35 na CAPES. Concomitante a este cenário, ocorreram mudanças no modo de fazer, ensinar e aprender Antropologia no país, incorporando outros sujeitos, saberes e tradições, para além de fronteiras geopolíticas, disciplinares e epistemológicas já consolidadas.

Nesses últimos anos, o mundo tem testemunhado cada vez mais guerras, conflitos, desastres ambientais, deslocamentos forçados, crescimento das desigualdades, violências de gênero, disseminação da desinformação, enfraquecimento do Estado de direito, desmonte de políticas públicas, ameaças à democracia, sofisticação das tecnologias e regimes de controle das fronteiras, desafiando a Antropologia a repensar suas práticas, perspectivas e posicionalidades. Esses fenômenos representam um novo patamar de desafios políticos, pedagógicos, epistemológicos e ontológicos, tornando mais complexo o fazer antropológico.

É nesse cenário que esta proposta se inscreve, assumindo responsabilidade perante as pessoas antropólogas e os sujeitos com quem a disciplina se compromete. Para tanto, esta chapa reúne pesquisadores e pesquisadoras de perfis e trajetórias diferentes, com formação em contextos distintos do país e fora dele, além de experiências que atravessam a academia, a gestão pública e a atuação junto a comunidades e povos diversos. Valorizamos um exercício cotidiano da Antropologia em que as fronteiras geopolíticas, epistemológicas e institucionais são também convites a trocas e diálogos.

Esta chapa busca reforçar a vocação da ABA como associação científica que atua na produção de conhecimento acadêmico, principalmente em prol da democracia, da justiça social, do reconhecimento de direitos, da diversidade e da paz, temas centrais visados para esta gestão. Atuando junto às comunidades marginalizadas, multiplicando os sujeitos de direito, propomos ainda fortalecer a formação e aprimorar estruturas para o reconhecimento da Antropologia como profissão. Consideramos que essa discussão é estratégica para assegurar os direitos das pessoas antropólogas, seja no acesso a concursos públicos e elaboração de laudos e outros trabalhos técnicos, seja no exercício de suas atividades profissionais em diversos campos da vida social.

PROPOSTAS/COMPROMISSOS

1. Dar continuidade à defesa do Estado democrático de direito, pelo combate às desigualdades sociais, pelo reconhecimento de direitos e pela atuação científica e política da ABA em escalas local, inter-regional, nacional e internacional;
2. Contribuir para o fortalecimento e a interconexão dos comitês e das comissões da ABA, notadamente atividades profissionais e acadêmicas voltadas às iniciativas de seus integrantes em prol dos direitos sociais, humanos, preservando a expertise científica e a produção do conhecimento;
3. Atentar para o equilíbrio da gestão interna, promover campanhas de anuidades de membros(as) e novos(as) membros(as) de todas as categorias, estimulando na ABA a proatividade de pessoas graduandas;
4. Realizar convênios e cooperações técnicas com setores da sociedade civil e dos diversos níveis de governo, e desenvolver mecanismos de captação de recursos através de editais e chamadas de agências nacionais e internacionais para a execução de projetos e de atividades da Associação;
5. Fomentar uma Antropologia pública, com estratégias e mecanismos de diálogos, democratização, publicização e interlocução entre saberes diversos. Divulgar o conhecimento antropológico através da comunicação técnico-científica, por meio do Boletim e das redes sociais da Associação (YouTube, Instagram, Facebook, e outros), da TV-ABA, de sites, podcasts e outras mídias digitais alternativas, sempre que possível, construindo plataformas digitais autônomas. Fortalecer as revistas Novos Debates e Vibrant, a Comissão Editorial de Livros Científicos e produções visuais, trans e multimodais;
6. Combater a desinformação e o colonialismo digital, bem como fomentar a reflexão crítica, ética e construtiva sobre as contribuições, o emprego, os limites e os impactos da Inteligência Artificial Generativa no ensino, na produção e na

circulação de conhecimento antropológico;

7. Contribuir para a regulamentação profissional da antropologia, dando continuidade ao debate já existente, além de atuar junto aos órgãos públicos para fomentar concursos voltados para a área de Antropologia;
8. Fomentar o diálogo e atuar junto aos conselhos científicos (CNPq e outros), fóruns, associações acadêmicas, sociedades e coordenações científicas (CAPES e outros), e instituições (como FUNAI, INCRA ICMBio e outros) no Brasil e no exterior, com foco nos países do chamado Sul Global (América Latina, África, Ásia e Caribe);
9. Promover cursos de formação de curta duração (extensão e aperfeiçoamento, além de seminários e Webinários) para pessoas acadêmicas, profissionais da sociedade civil e agentes públicos, principalmente sobre temas especializados pelos Comitês e pelas Comissões da ABA;
10. Organizar a RBA e estabelecer parcerias para contribuir com a realização da RAM, REA, RAS, REACT, dentre outros eventos de Antropologia;
11. Contribuir para com as lutas em prol dos direitos de pessoas indígenas, quilombolas, negras, ciganas, migrantes, refugiadas, apátridas, LGBTQIA+, ribeirinhas, mulheres, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, trabalhadoras das mais diversas categorias, e outros segmentos sociais vulnerabilizados, especialmente em contextos de precarização, violência de gênero, racismo estrutural e ambiental, conflitos territoriais e desastres climáticos;
12. Atuar contra iniciativas de criminalização que violem ou restrinjam o exercício profissional de pessoas antropólogas, especialmente quando decorrentes de sua atuação junto a povos, comunidades e grupos sociais com os quais desenvolvem pesquisas e outras atividades profissionais. Acompanhar, apoiar e prestar solidariedade institucional aos e às profissionais que venham a ser alvo dessas formas de perseguição ou criminalização;
13. Reforçar o processo de valorização e interiorização acadêmica, notadamente nas regiões de fronteira, e manter o diálogo internacional da Antropologia do/no Brasil, de modo especial com o chamado Sul Global (América Latina, África, Ásia e Caribe);
14. Promover o diálogo inter, multi e transdisciplinar com outras áreas do conhecimento, como Ciências Sociais Aplicadas, Biológicas, da Saúde, Agrárias, Exatas e da Terra, Linguística, Letras, Artes e Engenharias, além das Ciências Humanas, valorizando as epistemologias do Sul Global, a universalização de recursos de acessibilidade, bem como os marcadores sociais da diferença de classe, sexualidade, gênero, raça, nacionalidade, religião e deficiência.

CHAPA

Presidente: Handerson Joseph (UFRGS)
Vice-Presidente: Claudia Turra Magni (UFPel)

Secretaria Geral: Fernanda Cruz Rifiotis (UFPel)
Secretaria Adjunta: Marcus André de Souza Cardoso da Silva (Unifap)

Tesouraria Geral: Marcelo Moura Mello (UFBA)
Tesouraria Adjunta: Ana Paula da Silva (UFF)

Diretoria Sul-Sudeste: Maria Elvira Diaz Benítez (MN/UFRJ)
Diretoria Centro-Oeste: Andréa de Souza Lobo (UnB)
Diretoria Nordeste: Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)
Diretoria Norte: Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA)